

Transformações estruturais nas telecomunicações brasileiras: a Anatel e suas (des)continuidades na regulação do setor.

Fabiano Brito dos Santos¹

Palavras Chave: *Institucionalismo, regulação, telecomunicações.*

Introdução

Nesse estudo, discutiremos a abordagem do Institucionalismo Histórico, com o objetivo de problematizar as mudanças estruturais no setor de telecomunicações brasileiro, particularmente nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O campo de referências teóricas e metodológicas caracterizado como Institucionalismo Histórico nos oferece uma fundamentação sólida para a compreensão dos processos relacionados à fundação e consolidação da Anatel como órgão regulador. Fazemos também uma análise sobre o projeto político e disputa de projetos, centrando nos estudos realizados por Evelina Dagnino sobre os processos de consolidação das democracias na América Latina e no Brasil, em especial. Por fim, desenvolvemos conceitualmente a ideia de regulação.

Resultados e Discussão

Em relação ao campo teórico e metodológico do Institucionalismo Histórico, temos um instrumento analítico, conhecido como sequenciamento, podemos compreendê-lo como uma configuração que envolve causa e efeito. Por esse motivo, podemos suspeitar, desde o início da investigação, que variáveis causais de interesses serão fortemente influenciadas por contextos maiores, tanto do ponto de vista cultural, quanto institucional. Transpondo essa discussão para os acontecimentos ocorridos nos governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, percebemos claramente como o contexto internacional, além da experiência cultural e institucional dos Estados Unidos, foram fundamentais na reestruturação produtiva e legislativa pela qual vem passando o Brasil nas últimas décadas.

Segundo Evelina Dagnino (2004) existiria uma confluência entre o projeto político democratizante e participativo e o projeto neoliberal. O cenário de luta pelo aprofundamento da democracia no Brasil está profundamente marcado por essa disputa. Essa confluência seria perversa, pois em muitos aspectos os projetos utilizam o mesmo discurso, porém com consequências políticas e práticas bem diferentes (DAGNINO, 2004, p. 95).

O final do século XX talvez venha a ser conhecido como a era da desregulamentação ou da liberalização, em função da retórica agressiva adotada não só na imprensa e nos meios políticos, como também pelos mais proeminentes intelectuais do neoliberalismo, em favor da redução no alcance e volume dos controles econômicos à disposição do Estado, tanto no âmbito de suas economias nacionais, quanto no comércio internacional.

Conclusões

Investigamos aqui como o termo regulação é complexo e envolve vários polos de pensamento. O modelo escolhido e adotado pelo Brasil, embora específico em sua existência prática, representa a síntese do pensamento americano sobre a ideia de agências reguladoras. Ainda

que tenha havido uma tentativa inicial de implantação de um modelo regulatório inspirado nos moldes europeus, no qual o Estado também disputa mercado, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se rendeu às agências, pois o processo de reversão de criação ou de remodelação passaria por etapas que a conjuntura e a estrutura construídas como alicerces do governo Lula não permitiram.

O desenvolvimento tecnológico, em particular no setor de telecomunicações, faz com que as inovações demandem novas orientações. O caminho que vem sendo escolhido é o de adaptação do Estado e da sociedade a esse desenvolvimento. Dessa maneira, a reestruturação das leis e da produção implica considerarmos novas relações de trabalho, pois coloca regulador e regulado em lados opostos, em um cenário que envolve permissionárias, concessionárias autorizadas e seus trabalhadores, algo novo no Brasil no campo de telecomunicações.

O setor de Telecomunicações foi aberto ao investimento estrangeiro. Desse modo, tanto as empresas que dominam o setor de telefonia fixa quanto as que dominam o setor de telefonia móvel são gigantes oligopolistas que operam no mercado mundial.

Se, de um lado, houve uma reestruturação da economia e do Estado, de outro, temos um Estado que cooptou grande parte da vanguarda dos movimentos sociais, acabando por burocratizar os processos e retardar o avanço de ideais democráticos e participativos que vinham sendo construídos por esses movimentos desde a ditadura militar.

Referências

- AGLIETA, Michel. *Regulación y Crisis del Capitalismo*; ed. 5; Madrid – Espana: 1991. BOLAÑO, César. (coord.) *Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina*. Aracaju: EDUFS. 1997. BOYER, Robert e SAILLARD, Yves (Org). *Teoría de la Regulación: estado de los conocimientos*; Buenos Aires: Oficina de Publicaciones, 1996. vol I. BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*; São Paulo: Nobel, 1990. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Da macroeconomia clássica à keynesiana*. Disponível em www.bresserpereira.org.br ; Acessado em 15 de janeiro de 2007. DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: Evelina Dagnino; Alberto J. Olvera; Aldo Panfichi. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-91. DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In MATO, Daniel (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004. NUNES, Edson; NOGUEIRA, André; MOLHANO, Leandro; ANDRADE, Helenice; COUTO, Cátia C. *Agências Reguladoras e Reforma do Estado no Brasil Inovação e Continuidade no Sistema Político-Institucional*. 01. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond LTDA, 2007.

¹ Possui doutorado em Sociologia e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT na Universidade Federal da Paraíba; Professor de Sociologia e membro do Núcleo de Pesquisas em Humanidades, Educação e Ciências – NUPHEC no Instituto Federal da Bahia.¹